Trabalhadoras sexuais em regiões de fronteira: género, origens de classe e percursos sociais*

Manuel Carlos Silva**

Resumo

No quadro de uma pesquisa colectiva em curso sobre a prostituição feminina nas zonas periféricas de fronteira no norte de Portugal, neste texto o autor, além de definir o conceito de prostituição, faz uma breve resenha do problema à luz das principais abordagens sociológicas, de modo a procurar compreender e explicar o fenómeno da prostituição feminina, para o que se torna imprescindível incidir a reflexão sobre os conceitos de género e de classe, sem daqui se inferir qualquer ilação mecânica aplicável a todos os tipos de prostituição feminina. Com base nos dados apurados através de inquéritos e entrevistas junto das prostitutas, foi possível aferir que a situação das mulheres prostitutas se deve, em regra, a um conjunto de diversos factores, em que sobressaem a origem de classe, as trajectórias de vida, articuláveis com as relações de poder em termos de género, mormente, por parte dos homens, em relação às mulheres prostitutas, sobre as quais pendem estereótipos e processos de estigmatização. Para além dos dados de ordem quantitativa, histórias de vida relatadas pelas mulheres entrevistadas dão conta não só das suas condições de vida antes e durante a prática da prostituição, como das suas percepções e representações face aos homens, o que obriga a enquadrar o fenómeno a vários níveis de análise desde as dimensões estruturais, passando pelas institucionais e organizacionais, até às práticas e interacções do quotidiano.

* Este texto, originariamente intitulado "Género e classe no fenómeno prostitucional: estudo de caso na região norte de Portugal" e apresentado ao VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro em Setembro de 2004, na sequência de um outro, mais de cariz teórico, produzido por altura da elaboração do projecto de investigação sobre a prostituição à ARS-Norte e à Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres (CIDM) em 1996 (cf. Silva 1998), pôde já beneficiar dos resultados dum inquérito levado a cabo por uma equipa de investigação composta por investigadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), da Universidade do Minho (UM) e da Universidade da Beira Interior (UBI), cuja coordenação geral é da colega Manuela Ribeiro (UTAD) e cujos co-responsáveis são a colega Joana Patuleia pela UBI e eu próprio pela UM, projecto este aprovado pela Fundação Ciência e Tecnologia (FCT, Sapiens/99 POCTI/36472/SOC) e cujo relatório intitulado "Prostituição feminina em regiões de fronteira: actores, estruturas e processos" foi finalizado em 2005.

** Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

1. Introdução: o problema

A prostituição é hoje um dos temas candentes que, por mediação das ideologias dominantes, em particular, de concepções de cariz estático, essencialista e, não raro, patriarcal, é apresentada sob o manto duma alegada "vocação" fatal e fatalista em torno duma identidade feminina falhada, duma sexualidade perversa e corruptora. Estas representações enviesadas, para as quais costumam ser aduzidos (pseudo)argumentos e arquétipos derivados de alegadas razões biológicas e psicológicas nomeadamente psicanalíticas e falocêntricas de raiz freudiana (cf. Freud 1959), têm constituído formas ideológicas de controlo, senão mesmo de domesticação, das mulheres. Por seu turno, o poder político, nomeadamente estatal, e a própria armadura conceptual do Direito pretendem veicular a ideia de impessoalidade e neutralidade jurídicas sobre as questões de género e, em especial, sobre a problemática da prostituição. Diversos têm sido os autores[1] que têm descontruído criticamente os modelos tradicionais do masculino e do feminino, o "falso neutro" jurídico e demonstrado a função reguladora dos comportamentos sexuais e procriativos das mulheres por parte do poder eclesiástico e mesmo político. Estes poderes são, a este respeito, coadjuvados por determinados resquícios patriarcais do Direito e, em particular, pelo tratamento judicial desigual por género em diversos pleitos judiciais por parte de magistrados, nomeadamente em relação ao comportamento das mães solteiras com filhos, sobretudo quando prostitutas, tal como o demonstraram S. Silva (2001), Silva *et al* (2002), Machado (2002). Salvo as concepções feministas liberais que sustentam a separação das esferas pública e privada, tanto as correntes feministas marxistas como outras radicais não marxistas, afastando-se duma psicologia nomeadamente psicanalítica que recusa politizar as relações de género, subscrevem e com pertinência a velha tese de que "as questões pessoais, privadas, domésticas ou até íntimas são também políticas". Neste quadro terão de ser incluídas, também em relação ao fenómeno prostitucional, as relações de género, além das de classe, como o avançam vários autores feministas como Henessy (2003) e, nesta problemática específica, Heyl (1979). Porém, enquanto os/as feministas marxistas se centram mais nas desigualdades no âmbito das relações de trabalho e de classe, outras feministas, igualmente críticas, salientam as relações sociais perpassadas de formas patriarcais de dominação e o modo como a sociedade organiza a sexualidade nomeadamente na esfera privada, na família (cf Abbot e Wallace 1991). Com efeito, a perspectiva tradicional marxista, ao centrar-se no modo de produção, secundarizou ou subestimou o processo de reprodução que, em relação às questões de género, é nuclear, nomeadamente em torno do controlo da distribuição/circulação das mulheres por parte dos homens, particularmente nas sociedades tradicionais. Ora uma nova leitura dos próprios escritos de Marx e Engels (1998) desde o *Manifesto do Partido Comunista*, passando por *O Capital* (Marx 1974:515 ss) até à *Origem da família, da propriedade*

[1] Focalizando as relações de dominação nomeadamente de género, nesta esfera em particular, são de referir, entre outros, Foucault (1994), Reiter (1975), Rubin (1975), Dubisch (1986), Nencel (1994), outros combinando-as com as relações de classe, cf. Engels (1964), Davidoff (1979), Walkowitz (1980), Perry (1985), Bourdieu (1999), Hennessy (2003) e, entre nós, A. Almeida (1986), Santos (1994), Amâncio (1994), Silva (1993, 1998, 1998a, 2003), Torres (2001), Machado (2002).

privada e do Estado de Engels (1964) e sobretudo trabalhos de neomarxistas como Harris e Young (1981) permitem uma nova visão na relação entre género e classe, na qual é chamada a atenção para a centralidade decisiva não só da produção como da reprodução social, em que o primeiro implica o segundo e viceversa.[2] Se é certo que a desvalorização do conceito de género pelo marxismo tradicional representou uma deriva redutora do problema, por outro lado, uma certa corrente feminista, que dispensa o conceito de classe, o substitui pelo conceito de *status* ou o considera simples subproduto da opressão patriarcal ou do sistema cultural, cai noutras análises redutoras de sinal diferente ou até contrário. Dado que, na esfera laboral, incluindo obviamente o exercício da prostituição, as mulheres desempenham, na sua grande maioria, o trabalho mais desqualificado e desvalorizado, não é inocente, do ponto de vista político, o desaparecimento do conceito de classe nalguns estudos feministas. Como veremos, neste texto sobre as origens sociais e os percursos das trabalhadoras sexuais, entre outros factores e variáveis, ambos os conceitos – classe e género – são nucleares para compreender e explicar os seus comportaments e 'destinos sociais' de vida.

É todavia de excepcional interesse neste âmbito relevar o contributo teórico seminal de Foucault (1994)[3] sobre as formas locais, latentes, instáveis e invisíveis de poder, para além do lado jurídico, na análise das modalidades e técnicas do poder disciplinar em torno da sexualidade feminina, se bem que a concepção foucaultiana de poder tenda a perder de vista a especificidade e a hierarquização dos poderes e, em particular, a centralidade do poder estatal. As mulheres, estando numa situação de desvantagem histórica e social, acabam por ser vítimas de estigmatização e tratamento desigual por parte dos diversos poderes: político, policial-administrativo e judicial.

A prostituição constitui ainda hoje um assunto tabu com um complexo de preconceitos e estereótipos que lhe estão subjacentes com uma forte carga estigmatizante nomeadamente para a mulher, dada como criatura "imoral", "corrupta e corruptora" dos bons costumes e das virtudes públicas e privadas. Ela é amiúde remetida e de modo enviesado para o campo da sexualidade pervertida e perversa em que o homem é ilibado ou apenas levemente censurado se e quando, sendo casado, infrinja o código da fidelidade conjugal. Já, porém, a mulher é, em maior ou menor medida consoante os espa-

[2] Com efeito, não foram, os fundadores do marxismo que abonaram em favor do trabalho feminino na esfera doméstica, tendo mesmo assinalado que a posição social subordinada da mulher se deve à divisão sexual do trabalho e à dupla exploração extradoméstica e doméstica e não apenas no capitalismo mas em sistemas de exploração e dominação anteriores (cf. Engels 1964). Por outro lado, na análise da relação entre género e classe, assim como classe e ideologia ou classe e Estado, a relação não é unívoca e unilinear e muito menos mecânica ou instrumental, uma vez que tais relações são mediadas por vários factores de ordem material, política e simbólica, tal como o analisaram, entre outros, Gramsci (1974), Poulantzas (19975) e Therborn (1987). Tal como o demonstrou Llobera (1979), o mecanicismo economicista é paradoxalmente imputável mais ao revisionismo marxista da II Internacional que deu lugar à social-democracia, por um lado, e ao estalinismo, por outro (cf. Silva 1998, 1999, 2003).

[3] Segundo Foucault (1994) a sexualidade constitui um ponto denso de transferência das relações de poder, de modo a controlar as populações pela ciência e pela técnica através de quatro práticas institucionais de vigilância ou formas legais, morais e 'científicas' de arregimentação e penalização dos comportamentos sexuais: (a) a histerização dos corpos femininos; (b) a pedagogização do sexo das crianças; (c) a socialização do comportamento procriativo; (d) a psiquiatrização dos prazeres perversos. Sobre este tema, cf., em Portugal, Machado (2002).

ços e tempos das práticas, sujeita a juízos negativos e a condenações de marginalização e ostracismo social. O estigma, comportando discrepância entre a identidade real e a identidade virtual (cf. Goffman 1988), constitui o alimento da ilicitude da prostituição e como forma de controlo das mulheres: enquanto para o homem a frequência do submundo prostitucional não será considerado nem transgressivo nem criminoso (sendo-o socialmente, quando muito, o incesto, a pedofilia), já, todavia, para a mulher é transgressivo o não servir sexualmente o homem e, no caso da prostituição, que ela, mulher, solicite dinheiro pela prestação de serviço sexual! Mais ainda, em relação à economia sexual, quando tais actos sejam solicitados em espaços públicos, seja na rua, seja nos bordéis, clubes ou casas de alterne e, nas últimas modalidades, em tempo nocturno.

O objecto da prostituição constitui um tema de especial interesse e campo de observação privilegiado para analisar as relações de género, campo este em que homem e mulher estão sempre presentes: o primeiro – seja como empresário do negócio, seja como cliente – e a segunda, enquanto prestadora de serviços sexuais, ou seja, como trabalhadora sexual. O termo "puta" é um conceito sexista que serve de instrumento de controlo, aplicável, primeiramente, às mulheres que exercem a prostituição, mas ele é de resto extensivo, na linguagem ordinária e brejeira, a todas as mulheres, solteiras, casadas, divorciadas ou viúvas, sobretudo quando infractoras das relações de género "normais", institucionalizadas. Por isso, o ataque às mulheres prostitutas é também uma afronta, uma ofensa a todas as mulheres e à sua autonomia e autodeterminação sexual. As mulheres não prostitutas acabam amiúde por ser também suspeitas e acusadas de "putas", o que é não raro constatável na linguagem comum, mesmo entre homem e mulher casados mas em ruptura, rota de colisão ou mesmo em simples "conversas masculinas"[4]. As mulheres dalguma forma transgressivas serão dadas como "desonradas", "indignas", "sem vergonha" e, como tal, "putas", em contraponto com as mulheres "virtuosas" e "honradas" de pais, maridos ou irmãos vistos como "honrados", "nobres" e "dignos" e, eventualmente, tutores "universais" das "frágeis" e "vulneráveis" particularidades femininas. Ora tais representações sobre a mulher enquadram-se no binómio da "honra-vergonha" não só como traço cultural mas mais como forma ideológica de controlo das mulheres, aliás uma forma ideológica interiorizada pelas próprias mulheres (cf. Silva, 1998:233, 2002).[5] As assimetrias sexuais traduzem-se nas várias formas de poder, na lei, nas tradições e nas sociabilidades quotidianas.

As instituições estatais regulam, além da heterosexualidade e, hoje, nalguns países, da homosexualidade, o casamento, a reprodução e, ainda que de forma omissa e lacunar, a própria prostituição: as três primeiras são legítimas, a quarta, embora não considerada criminosa, é considerada ilegítima e ilícita. A esta luz, uma mulher hetero-

[4] Excepcionalmente e em ambiente de intimidade e sem o ferrete do estigma, pode utilizar-se tal termo conforme testemunhos de algumas mulheres que não se importam de ser tratadas por "putas" no auge do paroxismo organísmico.

[5] Cf., a este respeito, diversos estudos clássicos realizados sobretudo por antropólogos. Porém, contrariamente a Campbell (1964), Peristiany (1988), Pitt-Rivers (1961) que interpretam este binómio honra-vergonha mais numa perspectiva moral e culturalista, creio ser de sublinhar, em primeiro lugar, na esteira de Schneider (1971), as razões económicas e políticas de controlo da mulher e do seu património, associáveis à dimensão simbólica e de poder (Blok 1981, Cutileiro 1988), sobressaindo, segundo Cole (1991), a dimensão ideológica por via do controlo eclesiástico refutando esta autora de modo absoluto e excessivo, a dimensão cultural. Numa posição de síntese, cf. Silva (2002).

sexual e mãe não poderia ser "prostituta", doutro modo será, na ideologia dominante patriarcal e machista, perversa e corruptora. Nesta óptica, as prostitutas são desqualificadas como mães, quando na realidade, como o demonstrou Ribeiro (2004), o exercício da prostituição poderá e deverá ser visto como qualificante da sua condição de mães, na medida em que o móbil central das suas vidas na prostituição são os filhos.

No âmbito da discussão geral sobre a visão patriarcal e hipócrita dos diversos tipos de poderes nomeadamente estatal sobre a prostituição, seria extremamente útil debater no seio das próprias correntes de esquerda, marxistas ou não, esta questão, pois a este respeito, para além das concepções conservadoras e moralistas, certas feministas abolicionistas, sobretudo de orientação marxista ortodoxa, sem obviamente condenarem as mulheres prostitutas e compreenderem os diversos constrangimentos por razões de necessidade e sobrevivência, recusam contudo admitir a relativa autonomia que assiste às mulheres na opção, ainda que condicionada, de exercer a prostituição. Para além do facto de grande parte de homens e mulheres, mormente de orientação conservadora, rotular e estigmatizar estas mulheres, uma parte considerável de feministas tende a desidentificar-se com as trabalhadoras sexuais, quando há não apenas descontinuidades mas alguma continuidade entre o mundo prostitucional feminino e o mundo de relações sexuais em que a mulher é apropriada e usurpada seja no espaço privado, seja inclusivamente público sob o manto de determinadas instituições. É esta reflexão que pode tornar indispensável uma aliança dos movimentos feministas com as reivindicações e a defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, bem como a luta pela sua dignidade e liberdade como pessoas e pela sua mobilidade e autonomia, ainda que relativa e condicionada e não apenas vista na vertente da mulher como vítima e, muito menos, como ser escravizado.[6]

Talvez a colocação do problema nesta base possa constituir uma heterodoxia ou até uma "heresia" do ponto de vista dum certo feminismo, particularmente na visão marxista tradicional, cujo resultado objectivo se traduz num maior isolamento destas mulheres face à sociedade envolvente e, em particular, aos movimentos feministas. No entanto, questionar estas visões poderá ser uma das vias para rebater e descontruir a concepção fixista e rígida sobre a prostituição feminina – vista como um traço ou atributo de certas mulheres, profundamente deteriorado pelo ferrete do estigma. Só

[6] Para uma crítica, ainda que algo voluntarista e compreensivelmente reactiva, ao olhar unidimensional vitimista sobre a mulher prostituta, cf.. Agustín (2004:43 ss). Sem negar casos excepcionais em que ocorre escravatura prostitucional, as afirmações em torno da vitimização e da escravização da mulher prostituta, simplistica e recorrentemente veiculadas quer por autores de cariz conservador quer por outros de inspiração alegadamente marxista – bem como por responsáveis de certas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não Governamentais (ONG) – são não só enviesadas como conceptualmente insustentáveis justamente à luz de pressupostos marxistas a que defensores desta última corrente apelam. Do ponto de vista conceptual, assumir, de modo generalizado, como sinónimos prostituição e escravatura, nomeadamente no quadro do capitalismo actual, é impreciso, se atendermos ao pensamento de Marx (1974) e Marx e Engels (1998), para quem o avanço do capitalismo sobre o esclavagismo e o feudalismo representou um progresso: enquanto na escravatura é a própria pessoa que é objecto de transacção/exploração/dominação, no capitalismo é a força de trabalho que é alugada ou transaccionada mas não a pessoa – uma diferença fundamental na distinção analítica, nomeadamente na óptica marxista.

avaliando a prostituição no contexto social, nomeadamente em termos de género e classe e analisando as origens e os percursos sociais das mulheres e suas situações, transitórias ou não, é possível equacionar este problema social e sociológico. Nesta perspectiva, também o fenómeno da prostituição feminina deverá ser abordado, tendo em conta vários níveis de análise, o que reclama, como referi noutros textos (Silva, 1998, 1999), não só a imbricação conceptual entre classe e género como, do ponto de vista metodológico, uma perspectiva pluricausal que atenda às diversas dimensões que lhe estão associadas, nomeadamente os constrangimentos estruturais de ordem social e económica e respectivas origens sociais; os contextos familiares e político-organizacionais; os fluxos migratórios e as redes locais de interconhecimento; as respectivas trajectórias biográficas com as suas múltiplas transacções, interacções reais e representações simbólicas; e, articuladas com estas, tal como o desenharam Weber (1978) e Fireman e Gansom (1979), entre outros, as próprias racionalidades dos sujeitos protagonistas do fenómeno prostitucional – proxenetas (*chulos*) e/ou empresários dos 'clubes', os clientes e as mulheres que exercem a prostituição, incluindo uma relativa e condicionada, em maior ou menor grau, capacidade de decisão destas face a incertezas e riscos no processo de migração.

Sem negar o tráfico de mulheres no mundo globalizado e desigual entre as regiões centrais e regiões (semi)periféricas de hoje, sem deixar de ter presente processos de vitimização das mulheres em redes do tráfico sexual, uma abordagem sociológica global e plural não pode ignorar a existência de trabalho sexual mercantil e o exercício da actividade prostitucional não enquadrável em moldes de tráfico de pessoas e, sobretudo, não pode deixar de levar em linha de conta as estratégias das próprias trabalhadoras sexuais, quer no sentido da luta pela subsistência sua e a da sua família, sobretudo dos filhos, quer no sentido, nem sempre conseguido, de conhecer uma melhoria das suas condições de vida e, se possível, uma mobilidade social ascendente. Nesta óptica, uma das questões que se levanta com alguma pertinência é a de saber em que medida estas mulheres reproduzem ou não situações de classe herdadas e/ou, através de determinados enquadramentos e estratégias, conhecem nas suas trajectórias de vida processos de mobilidade social, ora descendente, ora sobretudo ascendente ou ainda se estamos apenas perante processos de melhoria social que não implicam necessariamente mobilidade social, mas apenas variações no quadro duma reprodução social analisada em termos amplos, estruturais. A reprodução social aqui entendida não pode nem deve ser interpretada sob o ângulo restrito duma determinada profissão – neste caso a prostituição – mas em termos mais amplos de reprodução de classe ou posição de classe das mulheres prostitutas em relação aos seus pais e, em particular, às suas próprias mães na medida em que comungam de situações de classe idênticas a outras famílias desprovidas, mesmo quando suas mães não tenham exercido a prostituição.

Neste texto far-se-á uma caracterização sociodemográfica das mulheres que exercem a prostituição, incluindo a abrigada e a de rua, com base nos resultados duma amostra, tendo em conta vários indicadores desde a nacionalidade, a idade, o meio de origem – rural ou urbano –, o estado civil dos pais e os responsáveis dos

seus/suas encarregadas de educação na infância. Seguidamente, focalizar-se-á a análise sobre as origens sociais das trabalhadoras sexuais, ou seja, os perfis socioprofissionais e recursos escolares dos pais, comparando, na medida do possível, os lugares sociais destes com os das próprias mulheres. Estes, porém, implicam ter também em conta os seus percursos biográficos, em particular as vivências no quadro familiar e eventuais (des)estruturações, as primeiras experiências no campo sexual, os processos de (des)socialização na escola e no meio envolvente, as actividades exercidas antes da entrada na prostituição, os seus proventos económicos, tipos de vínculo ou formas de precariedade laboral, sendo de realçar, num breve relance, os melhores rendimentos auferidos na prostituição em comparação com as actividades anteriores e, por fim, os traços sociodemográficos (idade, estado civil, tipo de agregado familiar no início da prostituição), as suas relações com namorados, maridos ou companheiros, assim como as suas autopercepções no momento da entrada na prostituição.

2. Caracterização sociodemográfica

A fim de caracterizar, do ponto de vista sociodemográfico, as mulheres inquiridas importa reter, descrever e analisar alguns aspectos e variáveis mais relevantes, susceptíveis de contribuir para melhor situar o contexto em que as mulheres se moviam desde as suas origens, passando pelas suas trajectórias, até à situação actual. Uma primeira questão a relevar para efeitos de contextualização é a nacionalidade das mulheres inquiridas, que é apresentada no quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das inquiridas segundo a nacionalidade

Nacionalidade	Nº	%
Portuguesa	67	33,5
Estrangeira	127	63,5
Subtotal	194	100,0
Não resposta	(6)	(3,0)
Total	200	100

Fonte: Inquérito às trabalhadoras sexuais (ITS), 2002-03

Tal como o quadro mostra, predominam as mulheres estrangeiras (63,5%), seguidas de mulheres de nacionalidade portuguesa (33,5%) e, por fim, 3% de não respostas, ignorando-se, portanto, a sua nacionalidade. O grande contingente de mulheres neste estudo é de origem estrangeira, sendo na sua maioria brasileiras, dada a afinidade linguística, do mesmo modo que em Espanha predominam as mulheres sul-americanas de países que têm como língua oficial o castelhano. A entrada maciça de mulheres migrantes nos vários sectores de actividade, oriundas de situações sociais de privação ora absoluta ora relativa, também se reflectiu neste sector devido à complexificação e interdependência das relações económicas e dos diversos tipos de mercados laborais, quer em sectores de actividade formais – secundário e sobretudo terciário –, quer, muito especialmente, em segmentos de mercados informais e de economia (semi)subterrânea como é o caso da prostituição.

Procurando saber a idade das mulheres ocupadas na actividade prostitucional, das respostas foi possível inferir a seguinte distribuição de escalões etários, como se vê no quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das inquiridas por intervalos de idades

Intervalo de idades	Nº	%
< 20	16	8,13
[20 – 30]	101	51,27
[31 – 40]	61	30,96
[41 – 50]	16	8,12
> 50	3	1,52
Subtotal	**197**	**100**
Não resposta	(3)	(1,5)
Total	200	

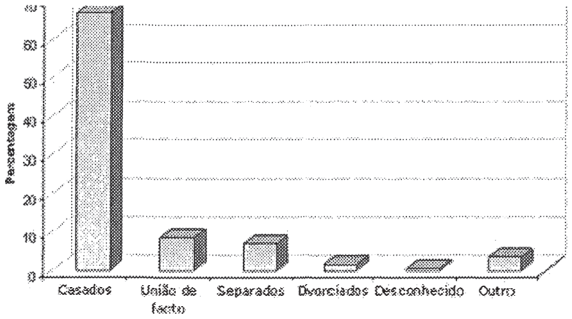
Fonte: ITS, 2002-03

Deste quadro infere-se que 90% das mulheres inquiridas têm idade até 40 anos e, destas, 59% concentram-se em idades até aos 30 anos, predominando as que têm entre 20 e 30 anos (51%), relacionando-se este dado com o facto de se tratar duma actividade que valoriza a combinação dos recursos eróticos e de juventude. Tal é tanto mais pertinente, quando se orienta para a actividade prostitucional em que, como refere Agustín (2004:46 ss), se articulam as privações e demais factores de repulsão-atracção com os desejos de sair, viver experiências novas, fazer face a problemas familiares e, eventualmente, "subir na vida", como veremos.

Em termos de meio de origem geográfica, foi possível apurar que 75% das mulheres inquiridas eram oriundas de meio urbano e 25% do meio rural, o que, embora seja um indicador importante, por si não fornece o quadro social de origem em termos de classe e etnia, entre outros. Mais relevante que o próprio meio urbano ou rural no processo de socialização e educação, tal como bem o demonstrou Pahl (1966) na sua crítica ao referente geográfico como base explicativa dos comportamentos sociais, era saber o contexto familiar a vários níveis – emocional-afectivo, económico, social e cultural –, bem como a origem e a pertença de classe, a fase do ciclo de vida e, por fim, mas não menos importante, a condição de género, neste caso feminino. Começando por indagar o estado civil dos pais das mulheres que exercem hoje a actividade prostitucional, foi possível resumir os resultados na figura 1.

Deste gráfico se conclui que mais de 65% dos pais das inquiridas eram casados ou, pelo menos, foram casados no início da sua vida conjugal. Os restantes dividiam-se, em percentagens menos relevantes, por situações de união de facto, de separação, divórcio e outras, englobando em certas uniões de facto, como veremos, situações de cariz efémero ou ocasional, para além dalguns poucos casos em que se desconhecia a sua situação.

Figura 1 – Estado civil dos pais



Fonte: ITS, 2002-03

À partida estes dados – dos quais alguns são reveladores de certas situações atípicas ou excepcionais em relação aos padrões de relações conjugais habituais – não diferem contudo de outros universos mais amplos sobretudo em meio urbano, nomeadamente em Portugal e no Brasil. Ao nível do estatuto jurídico dos pais das mulheres inquiridas, não se detectam, portanto, factores explicativos ou fenómenos específicos que sejam relevantes para compreender a origem e a incidência da maior parte destes casos de prostituição sob estudo. Considerando a prostituição, na linguagem estruturo-funcional designadamente durkheimiana, um fenómeno patológico e anómico, a sua associação com o estado civil dos membros do casal de progenitores (casados, separados, divorciados) não constituiria um factor causal, não se detectando sequer qualquer correlação significativa em relação ao fenómeno da prostituição.

Quanto à orientação da educação destas mulheres no seu período de criação/formação, embora ela não se afaste muito dos padrões correntes, já denota todavia alguma discrepância em relação aos padrões correntes ou dominantes, tal como se pode ver pelo quadro 3.

Quadro 3 – Orientação/educação na infância

	Nº	%
pelos pais	124	66,67
só pelo pai	5	2,69
só pela mãe	20	10,75
pelo pai e madrasta	2	1,08
pela mãe e padrasto	7	3,76
pelos avós	15	8,06
pelos tios	4	2,15
por instituição (orfanato)	1	0,54
por outros	(8)	(4,30)
Subtotal	**186**	**100**
não resposta	(14)	(7)
Total	200	

Fonte: ITS, 2002-03

Ressalvando 7% de não respostas e o facto de 8 (4,3%) mulheres afirmarem não ter conhecido os seus respectivos progenitores, a grande maioria das mulheres inquiridas (67%) foi, formalmente pelo menos, orientada e educada pelos pais e, se estendermos este raciocínio ao papel dos padrastos e madrastas, perfaria um total de 72%. Seguem-se 14% de casos de mulheres que foram educadas ou só pela mãe (11%) ou só pelo pai (3%). No patamar subsequente há a referir o papel não desprezável dos avós (8%) que, acrescidos ao dos tios (2%), somam 10%. Por fim, no caso residual de "outros" (4%) surgem como excepcionais: os pais adoptivos (2%), amas ou madrinha, eventualmente em combinação com mãe ou avó, ou então colégio (2%).

Do facto de, segundo a visão durkheimiana (cf. Durkheim, 1977), serem relevantes o contexto familiar e o processo de socialização – de resto também destacados por autores doutras correntes – não se infere contudo que as orientações normativas e morais para com as filhas constituam, em termos básicos e, muito menos, exclusivos, o factor determinante para explicar o fenómeno prostitucional, considerado na óptica durkheimiana, 'patológico'. Por isso, a explicação durkheimiana, mesmo quando expurgada de enviesamento por generalização abusiva e transposição mecânica, não colhe. Ou seja, sociologicamente, não obstante a petição do princípio sociológico durkheimiano de explicação do social pelo social, este acaba contudo por relevar neste caso, por um lado, a tipologia jurídica e, por outro, resvalar para uma vertente valorativo-normativa e, em última instância, moral-ideológica. Como veremos, são as condições de vida material que constituem o substrato básico que, embora não de modo exclusivo – porque articulado com os níveis organizacional e interactivo –, moldam ou influenciam o encaminhamento, a orientação ou mesmo a decisão de certas mulheres para a prostituição: umas desde uma fase precoce da sua vida adolescente e/ou juvenil, outras já numa fase de adultez e em contexto de acentuados constrangimentos.

3. Profissões e recursos escolares dos pais

Uma dimensão incontornável é a que concerne a origem social, cujo peso na emergência e no desenvolvimento do fenómeno da prostituição importa analisar. Donde, um primeiro dado é o relativo à profissão dos pais e das mães das mulheres inquiridas, comparando, em termos diacrónicos, a principal profissão dos pais no passado, ou seja, ao tempo da infância e/ou adolescência destas mulheres e ao tempo recente ou actual, apresentado no quadro 4.

Uma consideração prévia de cautela terá que ser feita, pois a agregação de categorias realizada no quadro 4, tendo a vantagem de subsumir e tipificar a miríade de profissões declaradas pelas mulheres, perde de vista algumas especificidades e/ou singularidades. Seria todavia, além de cansativo e caótico, inoperacional do ponto de vista conceptual e comparativo manter a enorme diversidade de actividades, sobretudo indiferenciadas e não qualificadas.

Em segundo lugar, algumas das profissões declaradas ou actividades representadas pelas mulheres inquiridas podem nem sempre coincidir com a definição sociológica das profissões e sobretudo com uma adequada conceptualização de classe na medida em que, não havendo critérios de aferição e controlo documental ou outro, estes dados

se baseiam na autopercepção, bem como na avaliação e na classificação das próprias inquiridas, situação que remete para a discrepância "entre o dizer e o fazer", tal como o sublinhou Almeida (1986) a propósito da questão mais ampla da identidade feminina a partir não só das representações como das (inter)acções das próprias mulheres face a outras/os e vice-versa. No entanto, as denominações de profissões avançadas pelos próprios actores são indicativas de posições sociais, cuja categorização, em termos de classes/grupos sociais, não andarão longe da realidade objectiva que, por sua vez, se traduz também nas próprias percepções das inquiridas.

Quadro 4 – Profissão principal do pai na infância e actualmente

Ocupação/Profissão	Na infância		Actualmente	
	Nº	%	Nº	%
criado/assalariado rural	4	2,55	0	0
camponês/agricultor	27	17,20	10	8,40
artesão	8	5,10	6	5,04
operário	41	26,11	22	18,49
funcionário/empregado/paramilitar	18	11,46	7	5,88
profissional assalariado qualificado	3	1,91	5	4,20
profissional liberal	7	4,46	0	0
pequeno empresário industrial	22	14,01	5	4,20
pequeno empresário serviços	16	10,19	12	10,08
proprietário fundiário	10	6,37	8	6,72
desempregado	1	0,64	3	2,52
reformado	0	0	33	27,73
outra (já falecido)	0	0	8	6,72
Subtotal	**157**	**100**	**119**	**100**
não resposta	43	(21,5)	(81)	(40,5)
Total	200		200	

Fonte: ITS, 2002-03

Dos resultados evidenciados no quadro 4 importa reter, em termos de origens sociais das mulheres inquiridas, o facto de, ao tempo da sua infância e/ou adolescência, os seus pais-homens pertencerem a classes economicamente desprovidas ou modestas, tendo, em regra, rendimentos que apenas permitiam a sobrevivência da família, tal como o referiram nas suas respostas e sobretudo nalguns testemunhos. Assim, além de um caso de desempregado, a grande fatia de profissões dos pais das inquiridas era composta por criados, assalariados rurais, artesãos e operários (51%), os quais, se acrescidos dos trabalhadores assalariados de serviços, perfaziam 62%. A seguinte camada social, constituída por trabalhadores autónomos ou pequenos empresários, de tipo predominantemente familiar, somava 24%. Embora à partida estes grupos sociais detivessem uma relativa autonomia no processo produtivo e alguns recursos próprios

no sector da indústria ou do comércio, (sobre)viviam também na base de força de trabalho familiar, contando, eventualmente, com um número muito reduzido de força de trabalho assalariada. Não é de estranhar que alguns destes casos de trabalhadores por conta própria tivessem um grau de insegurança igual ou superior ao dos trabalhadores assalariados.

Como grupos familiares algo desafogados, há a referir 6% de mulheres, cujos pais pertenciam a profissões qualificadas, uns assalariados (2%), outros por conta própria, as chamadas profissões liberais (4%). Por fim, é ainda de sublinhar um grupo economicamente mais provido que seria composto por proprietários (6%), embora importaria aqui deslindar entre fazendeiros ou proprietários fundiários propriamente ditos e aqueles que, detendo meios fundiários próprios, são, em termos económicos e jurídicos, proprietários, mas não pertencerão necessariamente à classe terratenente ou latifundiária nem sequer à burguesia agrária, devendo ser reconduzidos provavelmente para a classe de pequenos ou, quando muito, médios agricultores.

Já numa fase mais recente ou actual e não tomando agora em linha de conta quem, ao longo de uma geração, tenha conhecido situações de reprodução social ou de deslocação social em sentido ascendente ou descendente, impõe-se concluir, em termos gerais, que se verificou *grosso modo* uma reprodução de lugares de classe, independentemente das oscilações desta ou daquela família. Assim, para além do desaparecimento de posições como a de criado e/ou assalariado rural – processo aliás ocorrido não só na sociedade portuguesa como também nas latino-americanas –, constata-se uma ligeira descida de artesãos em números absolutos, ainda que mantendo uma idêntica percentagem de 5% e sobretudo uma diminuição de indivíduos pertencentes à classe camponesa/agricultora, passando de 17% para 8% – um outro traço de sociedades agrárias em transição para sociedades industriais e semiperiféricas como são os casos de Portugal e do Brasil. Com este processo poderá estar articulado o decréscimo de famílias dadas como "pequenos empresários" ora na indústria ora no comércio e nos serviços, conhecendo uma descida de 24% para 14%. Estes dados podem revelar ou um empolamento autoperceptivo da condição destes "empresários" no passado ou, eventualmente, processos de endividamento e/ou falência ou mesmo de parcial proletarização.[7] Por fim, seria enviesada de patricentismo esta abordagem, se não contemplase também as profissões das mães das mulheres inquiridas, pelo que se dá conta dos resultados a este respeito no quadro 5.

Relativamente às profissões passadas das mães das mulheres inquiridas, o quadro 5 evidencia também, para além de 21% de não respostas, que uma parte considerável delas pertencia a agregados familiares pobres ou remediados, em que 26% das mães eram criadas, jornaleiras, agricultoras e artesãs; e, somando-se as empregadas e funcionárias, totalizariam 31%. Porém, importa registar que o elevado número de 53% dadas como domésticas encobre situações de precariedade e/ou actividades circundomésticas não remuneradas ou mal remuneradas, integrando, na sua maioria, classes mais desprovidas.

[7] Em todo o caso, estas observações deverão ser vistas com alguma prudência na medida em que 7% dos pais das inquiridas teriam entretanto falecido, 28% estavam reformados e 3% desempregados, para além do facto de, por eventuais razões de segurança ou desconhecimento, algumas omitirem a profissão dos pais.

Quadro 5 – Profissão principal da mãe na infância e actualmente

Ocupação/Profissão	Na infância		Actualmente	
	Nº	%	Nº	%
criada / assalariada rural	5	3,14	0	0
agricultora	7	4,40	4	2,88
artesã	12	7,55	7	5,04
operária	17	10,69	7	5,04
funcionária / empregada	8	5,03	6	4,32
profissional qualificada (assalariada)	11	6,92	4	2,88
profissional liberal	2	1,26	0	0
pequena empresária industrial	0	0	2	1,44
pequena empresária serviços	8	5,03	3	2,16
proprietária fundiária	4	2,52	2	1,44
doméstica	85	53,46	88	63,31
reformada	0	0	13	9,35
outra (já falecido)	0	0	3	2,16
Subtotal	**159**	**100**	**139**	**100**
não resposta	(41)	(20,5)	61	(30,5)
Total	200		200	

Fonte: ITS, 2002-03

Como pequenas "empresárias" ou, com maior probabilidade, trabalhadoras familiares autónomas no sector dos serviços (por exemplo, vendedoras) é de anotar que 5% das mães das mulheres inquiridas eram, de facto, trabalhadoras autónomas. Tal como com os pais, importa reter também algumas famílias economicamente mais providas: 3% de inquiridas com mães dadas como proprietárias fundiárias e 8% com mães detentoras de profissões qualificadas (duas por conta própria como profissionais liberais e 11 por conta doutrem, por exemplo, enfermeiras), perfazem um total de 11%, o que, no cômputo geral, constitui todavia uma minoria, embora não despicienda.

Quando inquiridas acerca das actuais profissões das suas mães, as mulheres são ainda mais reservadas do que em relação às profissões das suas mães no passado. Não só aumentou o número de não respostas, passando de 21% para 31%, como se mantém um elevado denominador comum de "domésticas" com 66%, um termo impreciso e equívoco porque engloba situações provavelmente diferentes ou até contrastantes, embora tudo indique por diversos testemunhos tratar-se de mulheres com poucos recursos e dedicadas aos trabalhos domésticos e outros compatíveis com a sua função de mães no sectores agrícola e/ou de serviços. Das que responderam de modo mais preciso há a referir, em termos minoritários ou até residuais em relação ao total, 2% de mães já falecidas, 9% reformadas, 13% ainda ocupadas como agricultoras, artesãs ou operárias, 4% como empregadas/funcionárias, 4% como pequenas "empre-

sárias" ou trabalhadoras familiares autónomas, 3% como profissionais qualificadas por conta doutrem e, por fim, 1% como proprietárias fundiárias. Em suma, também a nível das origens sociais das mães das mulheres prostitutas, à excepção de 4% de mães com profissões qualificadas e/ou proprietárias, 94% das mães das prostitutas pertencem a classes sociais com poucos ou nenhuns recursos económicos: umas, em menor número, em situação economicamente remediada, outras – a grande maioria – fazendo face e com muitas dificuldades a situações de pobreza relativa e, amiúde, absoluta na medida em que se encontram destituídas do mínimo vital em termos de satisfação das necessidades básicas.

Tomando outro indicador complementar de aferição da situação de classe – a instrução escolar – os dados revelam igualmente um notável défice de formação escolar, tal como se pode concluir do quadro 6.

Quadro 6: Grau de instrução dos pais

Grau de instrução	Do pai		Da mãe	
	Nº	%	Nº	%
não sabe ler/escrever	18	13,85	24	17,52
sabe ler/escrever, sem frequência escolar	11	8,46	9	6,57
4ª classe	53	40,77	61	44,53
antiga 6ª classe	12	9,23	12	8,76
antigo 5º (9º ano)	8	6,15	7	5,11
antigo 7º (12º ano)	18	13,85	10	7,30
curso médio	2	1,54	8	5,84
licenciatura	8	6,15	6	4,38
Subtotal	**130**	**100**	**137**	**100**
Não respostas	(70)	(35)	(63)	(31,5)
Total	200		200	

Fonte: ITS, 2002-03

O quadro mostra como, quer entre os pais, quer entre as mães das inquiridas, se verifica um baixo grau de instrução escolar. Em contraste com 8% de pais-homens e 10% de mães que detinham um curso médio ou superior, situa-se uma parte considerável de pais (63%) e mães (69%) que ou eram analfabetos/as literais ou sabiam ler e escrever mas sem frequência escolar ou não ultrapassavam a 4ª classe. Entre estes dois extremos situavam-se os escalões intermédios: 14% de pais-homens e 7% de mães que alcançaram o 12º ano, 15% de pais-homens e 14% de mães que obtiveram entre o 6º e o 9º ano. A este respeito importa referir que há mais mulheres analfabetas que homens analfabetos (18% *versus* 14%), não obstante haver mais mulheres que apresentam uma taxa ligeiramente maior de finalização da escolaridade básica (31% *versus* 27%). No entanto, salvo em relação ao 12º ano em que há mais homens que

mulheres bem sucedidos, nos demais escalões intermédios e sobretudo nos escalões mais elevados predominam as mulheres no global, se bem que tal predomínio ocorre mais nos cursos médios, retomando a prevalência de homens sobre as mulheres na obtenção de licenciaturas.

Quer pelo critério da profissão, quer pelo dos recursos escolares, quer ainda, como foi referido por bastantes mulheres, pelo reduzido grau de poder na organização social local detido pelos pais e pelas mães das mulheres inquiridas, os resultados evidenciam que a esmagadora maioria das mulheres prostitutas contactadas, inquiridas e entrevistadas pertencia a classes sociais de origem com parcos recursos económicos ou mesmo deles destituídas: sem casa, sem emprego ou emprego precário. Com efeito, a grande maioria confessa percursos de vida vincadamente marcados por situações de fome e de pobreza extrema em termos objectivos, de que os seus lancinantes testemunhos subjectivos nas suas narrativas biográficas dão conta.

Há autores como Tizón *et al.* (1996:19) que desvalorizam ou secundarizam a dimensão estrutural e objectiva em termos de privação socioeconómica e escolar (origem social, pobreza, baixa escolaridade), considerando-a ora como conjunto de variáveis intermédias menos relevantes, ora inclusive como factores negligenciáveis na medida em que há mulheres em condições idênticas às das mulheres prostitutas antes e durante a prostituição e, no entanto, rejeitam tal via ou modo de vida. Se este argumento serve para evitar concepções economicistas de cariz linear e mecânico, os constrangimentos e condições objectivas de vida, nomeadamente as origens de classes destituídas,[8] não desaparecem do complexo pluricausal do fenómeno. Ou seja, para além das especificidades da sua profissão, as mulheres que advêm de meios sociais desprovidos, mesmo quando "optam" por este modo de vida, não deixam de partilhar situações comuns com membros das classes donde provêm e, como tal, co-estruturantes de primeira linha.

4. Percursos biográficos, experiências e desestruturações familiares

As práticas sociais dos actores sociais comportam certamente o selo das origens sociais de classe, mas estas não bastam para as explicar. Relevantes também são os trajectos biográficos dos actores, cujas experiências e modos de vida vão retraduzindo-se em hábitos que são estruturados a partir das condições objectivas de vida, mas, simultaneamente, apresentam-se como modeladores das práticas quotidianas. Neste sentido começaremos por destacar as situações de vida em torno da infância e da adolescência no contexto familiar, seguindo-se a descrição e a análise dos processos de enamoramento, por um lado e, por outro, nalguns casos, de usos e abusos sexuais destas mulheres na sua adolescência por parte de terceiros, ora próximos, ora afastados.

[8] Já Pais (1983: 948 ss) – que fez um primeiro esboço de estratificação das mulheres prostitutas no século XIX e primeiras décadas do século XX em Portugal, com base em dados recolhidos e publicados por Santos Cruz em 1841, por Ângelo Rodrigues em 1902, por Tovar de Lemos em 1908 e 1933 e por Azevedo Neves em 1926 – referenciou, em relação ao mencionado período, que entre 70 a 80% das prostitutas eram criadas, domésticas ou costureiras. Desta constatação estatística não foram obviamente inferidas as interpretações biologistas e estigmatizantes da época como a de Tovar de Lemos, para quem "*as prostitutas das classes pobres, em geral, eram taradas*" (*in* Pais 1993: 949).

(i) **Infância e adolescência: o contexto familiar e comunitário**

Dos inúmeros relatos de histórias de vida das mulheres prostitutas com referência às suas fases de infância e adolescência infere-se como primeiras e mais impressivas as diversificadas narrativas em torno de experiências vividas em meio familiar. Algumas têm lembranças positivas e gratificantes: os carinhos dos pais e não raro dos avôs e avós, os convívios com os irmãos e/ou as irmãs e outros familiares por ocasião das reuniões e festas de família: "Demo-nos bem. Nunca foram uns pais que me proibissem. Diziam sempre que eu tinha de assumir sempre as minhas decisões" (p31). Situações de bom entendimento entre pais e filhos foram relatadas por mulheres, quer originárias de famílias pobres ou modestas, quer pertencentes a famílias mais providas de recursos:

> "Os meus pais separaram-se. A relação entre eles era boa. Eles diziam: «o que aconteceu entre nós não é entre nós e você». Depois de se separarem, ficaram amigos e dão-se muito bem. A mãe e padrasto dão-se também muito bem. Ele é excepcional, maravilhoso. Tive de ambos muito carinho, amor, amizade" (b46).

Outras, mesmo sem terem conhecido uma infância e adolescência muito agradáveis, tiveram delas contudo experiências normais ou até razoavalmente boas, recordando os carinhos e mimos não só das mães – as mães eram de longe as suas confidentes mais frequentes, contrariamente à maioria dos seus respectivos pais-homens que ou eram desconhecidos ou mantinham-se mais distantes – como, sobretudo nalguns casos e de modo exclusivo, os cuidados e afectos das avós, nomeadamente maternas. Realçam o facto de os seus pais terem "passado fome" e feito sacrifícios no Brasil, em Portugal ou na emigração, conforme os casos, para as sustentar, criar e dar o máximo possível de formação escolar, lamentando até que, se não foram mais longe, isso se deveu ao facto de não terem recursos para tal e/ou elas próprias serem obrigadas a trabalhar como indispensável contributo para a sobrevivência da família.

A maior parte, porém, tem das experiências e vivências em meio familiar amargas e sofridas recordações, algumas das quais são não raro recalcadas ou evitadas como objecto de conversa e exposição, sobretudo quando lhes lembravam violências na família, maus-tratos e abusos sexuais na sua infância ou adolescência: "Não quero falar sobre isso... Acho que não tive infância... E que é que isto tem a ver com a prostituição?" (b20). Uma outra sintetizava as suas experiências da seguinte maneira: "A minha experiência de infância e adolescência foi dura, muito dura por razões familiares" (b34)). Uma ou outra simplesmente recusou responder e algumas das entrevistadas, quando relatavam as suas experiências de vida, pediram para interromper ou suspender a conversa ou mesmo adiar a entrevista por se sentirem "muito nervosas", "angustiadas".

O ambiente familiar, quando perpassado por recorrentes situações de animosidade e conflitualidade entre os pais, ensombrava as relações com os filhos. Um dos motivos de desavença e conflito eram as "bebedeiras" ocorridas no seio da família

por parte de ambos os cônjuges: o marido com mais frequência, mas por vezes também a própria mulher. Eram os problemas agudos de carência e escassez, de doença e desamparo que impeliam os membros do casal a embriagar-se, tendo as entrevistadas hoje consciência que tal ocorria amiúde para esquecer certos problemas: "A minha mãe bebia para esquecer. Durante muitos anos punha-se o prato do falecido irmão na mesa" (p31).

Outro motivo de forte apreensão e ansiedade vivida por algumas das inquiridas foi a infidelidade conjugal entre os seus pais, mais por parte do pai do que da mãe, o que levava algumas destas mulheres a identificarem-se com o destino social de sofrimento da mãe: "A minha mãe era sempre caladinha e passava por tudo sozinha. Agora que se separaram é que o meu pai anda sempre bêbado" (b50).

A ausência de afectividade marcou algumas destas mulheres aquando da sua infância, porque, contrariamente a outras crianças, não souberam o que era brincar, porque não acediam a brinquedos, não tinham com quem brincar ou simplesmente eram vistas com desconfiança e discriminadas por serem pobres e, por isso, suspeitas de roubarem: "Nunca tive uma boneca na infância, brincava com o sobrinho... Sentime discriminada por família e conhecidos. Desconfiavam que roubava. Fui discriminada por causa da pobreza da família" (b37). Bastantes destas mulheres inquiridas – algumas delas entrevistadas –, para além das situações de indiferença, falta de afectividade e maus tratos, sofreram, quando crianças e adolescentes, agudos problemas de indigência e carência materiais, referindo várias delas situações de fome: "As amas comiam a comida que a minha mãe mandava" (b20). Outras foram vítimas de achaques na sequência de graves problemas de saúde, por exemplo, ataques de epilepsia: "Eu era magrinha... Desmaiei várias vezes e fui atropelada quatro vezes" (b24). São ainda relatadas situações de complicações de parto à nascença, mortes prematuras de irmãos antes de perfazerem os cinco anos e problemas de saúde tais como o raquitismo (b31). Tal como foi referido, 4% das inquiridas nem sequer chegaram a conhecer o seu pai biológico:

> "Não conheci o pai nem sei quem é. Fui criada entre os três e os nove anos por várias amas... Os avós e tios batiam-me. Abusaram de mim sexualmente. A mãe tinha (muitas) condições mas não podia cuidar de nós. Ela trabalhava em terra de garimpos (minério, diamantes) e não havia escola. O meu avô era estúpido e a minha mãe ficou igual a ele, autoritária" (b20).

Outras apenas conheceram o pai quando já adolescentes e em situações traumáticas tais como aquela em que o pai pela primeira vez que trava conhecimento com a filha a leva nada mais nada menos que a um bordel:

> "A minha mãe divorciou-se quando eu tinha seis meses, não conheci o meu pai biológico até aos 12 anos. Quando o conheci, levou-me a uma casa nocturna. Não sabia o que fazia. Tive uma relação muito má com ele. Ele não vale nada, vive nas mesas de jogo e vive da noite. Um homem "boémio", "safado", um "sem-vergonha". Hoje é um aleijado" (b24).

Um aspecto frequente e marcante nas suas vidas de infância era o clima de violência em meio familiar, a qual incidia e/ou se repercutia sobre os próprios filhos e, no caso em estudo, sobre as filhas, mais frequentemente por parte do pai, mas também por vezes por parte da mãe:

> "Entre os meus pais havia espancamentos, torturas; ele mexia com os filhos. Com a mãe tinha uma relação muito boa, com o pai muito má: respeito, segundo ele, mas não tive relação de pai. Tive uma infância e adolescência péssimas. Tento nem me lembrar, foi muito sofrida. Nem tive infância. Comecei a trabalhar aos sete anos" (b50).

Embora menos frequentes, registavam-se também casos em que ocorria justamente o contrário: uma boa ou razoável relação com o pai e uma má ou mesmo péssima com a mãe. Entre outras, uma delas referiu os maus tratos da mãe, embora hoje compreenda que tal estava ligado à situação de pobreza:

> "A relação com o meu pai era razoável, nunca batia, falava connosco como amigos. Com a minha mãe era muito má – tudo pela miséria e pela vida que levava, batia-nos muito. Trabalhava só para sustentar seis filhos. Nunca me deu um beijo, mas hoje já mudou e é mais humilde" (b31),

o que, segundo a entrevistada, dever-se-ia ao facto de os filhos já trabalharem e a ajudarem.

A separação ou divórcio entre os pais suscitava umas vezes pacificação e até recomposição de laços afectivos, outras e com mais frequência atritos e desentendimentos, conflitos e choques de mentalidade com as filhas/os, o que, num ou noutro caso, a par ou em conjugação com as carências e até situações de fome, se afigurou como um factor decisivo para a própria entrada precoce na prostituição, tal como o confessa uma das mulheres portuguesas inquiridas, prostituta de rua desde os 11 anos: "Meti-me nisto aos 11 anos por problemas de fome em casa, não tinha trabalho e por 'embirrice' com o meu pai, que era pescador, por ele querer casar com a cunhada. Nessa altura eu disse-lhe: 'se você casar com ela, eu vou para a rua'" (p.33). Provavelmente a forte ligação com a mãe tornava inimaginável na então criança de 11 anos uma relação do pai com a irmã da mãe.

Uma outra dimensão relevante nas experiências de infância e adolescência é a construção das relações entre irmãos e/ou irmãs. Também neste aspecto não é possível fazer qualquer generalização: ao lado de situações de entreajuda e solidariedade, constatam-se também situações de conflito não só entre pais e filhos, mas também entre os próprios filhos/irmãos. As duras condições de vida exigiam da parte de todos o esforço no sentido de manter a unidade familiar como uma das estratégias para fazer face aos problemas em torno da sobrevivência, o que se reforçava à medida que as iniciais situações de miséria iam sendo superadas: "A relação com os irmãos é muito boa. Conversamos. Agora é melhor que antes. A miséria acabou e já não deixamos a mãe beber!" (b31). Outra confessa que, apesar das zangas e dos conflitos entre irmãos,

hoje já qualificados (arquitecto, funcionária e finalista de curso superior), conseguia ter então um papel apaziguador entre os irmãos: "Fazia as pazes entre eles, por isso são meus amigos e damo-nos todos bem" (b27). Já, porém, em famílias destituídas e desestruturadas, os problemas herdados do contexto familiar mantêm-se e, por vezes, até se agudizam, tal como um dos casos em que a mulher prostituta funciona como uma âncora da subsistência dos pais e de uma irmã "pedinte, bêbada e com três filhos portadores de sida", para quem ela envia mensalmente cerca de 75 euros (b37).

Os défices de relação afectiva atravessam, de facto, famílias de vários grupos sociais. São, porém, os ambientes de carência e necessidade que são susceptíveis de gerar animosidades, despiques e invejas entre irmãos, nomeadamente quando os destinos dos irmãos/irmãs começam a configurar-se em linhas e posições divergentes em termos de ganhos económicos ou de desempenhos escolares: "Em casa havia brigas eternas entre nós" (b37). Mas tão-pouco neste aspecto é possível generalizar: estas mulheres referem ter boas relações com este ou aquele irmão ou irmã, mas má com este ou aqueloutro/a (b24), o que, de resto, tal como o atestam diversos estudos em meio rural (Geraldes 1987, Silva 1998, Sobral 1999) e o próprio senso comum permite entreler, ocorre também em famílias sem membros envolvidos na prostituição.

Vistas retrospectivamente estas experiências por parte das mulheres inquiridas, nas suas narrativas, elas denotam *a posteriori* tratar-se de famílias desagregadas ou desarticuladas e, consequentemente, para bastantes delas, vidas destroçadas desde a sua infância e adolescência, em que se jogam não apenas factores normativo-valorativos mas outros de cariz socioeconómico, sexual e afectivo. Às experiências negativas ou, por vezes, traumáticas acrescem, porém, determinados acontecimentos problemáticos durante a juventude e a adultez, em uniões de facto ou casamentos instáveis e desfeitos que, isolada ou cumulativamente, marcaram certamente as trajectórias à entrada, bem como a própria permanência na prostituição. Por fim, mas não menos importante, é de sublinhar uma estreita (cor)relação entre a desestruturação e, não raro, violência familiar e a miséria socioeconómica a que as suas famílias de origem e elas próprias estavam sujeitas.[9]

Nos processos de socialização as vivências de bairro eram também importantes, seja num sentido de reforço positivo, seja no de discriminação e marginalização. Algumas mulheres, mesmo sem terem tido uma infância e adolescência agradáveis, relembram e/ou realçam os convívios e as festas de proximidade familiar e comunitária a partir de relações entre grupos etários semelhantes ou próximos, bem como num âmbito comunitário mais alargado. A par de experiências e casos de interconhecimento transclassista, sobretudo nos primeiros contactos entre adolescentes e jovens, num segundo momento ou na fase de decisão final sobre as escolhas de parceiros de namoro desfaziam-se tais laços em favor da subsequente e mais forte lógica classista corporiza-

[9] A constatação desta (cor)relação não exclui que a desestruturação e sobretudo a violência familiar sejam apenas remissíveis para as baixas ou miseráveis condições socioeconómicas, sendo constatáveis também casos de desestruturações e violências inter e intrafamiliares noutros contextos sociais e familiares, incluindo famílias pertencentes a classes economicamente desafogadas (cf. E. Pais 1996, A. Almeida *et al.*, 1999, Silva 2002a).

da pelos estatutos dos pais do namorado/a, cujas estratégias de reprodução de classe acabavam, em regra, por sobrepor-se aos devaneios dos/as adolescentes, frustrando-se assim as enormes expectativas criadas junto de parceiras mais pobres, tal como relata uma das mulheres inquiridas:

> "Tive a primeira relação sexual com 15 anos e o meu primeiro namorado, que era filho da patroa da minha mãe, tinha 19. Foi o amor mais inocente que tive na vida. Ele era estudante de faculdade, era muito inteligente, foi o primeiro a saber da minha primeira menstruação. Foi normal. Quase todo o mundo pensava que eu já tinha transado com ele. Eu tinha muito carinho e amor por ele. Era quase uma obsessão. Mas o pai dele disse-lhe que ele não iria casar comigo" (b24).

A vida de vizinhança, nomeadamente em meios pobres, conhece relações de entreajuda e solidariedade, mas é também frequente ocorrerem situações de despique, competitividade e inveja. Uma das entrevistadas relatou o seguinte episódio, reflectindo a animosidade entre vizinhos, que marcou uma das inquiridas que, por sua vez, teria fisicamente agredido com um pau o próprio vizinho:

> "O meu pai aleijado pediu ajuda ao vizinho para subir as escadas para entrar em casa e ele disse-lhe: 'Ajudo-te, o caralho!'. Eu estava a chegar a casa do trabalho e, ao ouvir a resposta do vizinho, disse-lhe que não precisava de falar assim. Ele disse-me: 'Está calada, filha da puta'. Eu não gostei e dei-lhe com um pau com a minha força! Ele ficou marcado e chamou a polícia. Eu fui à esquadra e, quando cheguei a casa, a minha mãe já estava bêbada por minha causa!" (b31).

(ii) **Primeiras experiências: paixões, práticas e (ab)usos sexuais**

Diversos cientistas sociais, desde sociólogos de inspiração estruturo-funcional até certos psicólogos e, em particular, psicanalistas destacam com especial ênfase a influência dos processos de socialização na formação da personalidade e, de modo especificamente negativo, eventuais traumas de infância ou adolescência. Tais experiências, negativas ou positivas, terão certamente o seu impacto na formação dos indivíduos/as, mas não poderão ser lidas de modo mecânico e em termos absolutos, pois elas terão de ser correlacionadas com outras variáveis que interferem num ou noutro sentido. Problemas e situações semelhantes, em termos de vivências e experiências, têm contudo resultados diferenciados, o que não pode ser explicado pelas designadas disfunções ou situações consideradas patológicas, mas exigem a articulação doutras variáveis não só económicas e culturais, como de experiências de ordem sexual e afectiva.

Em relação à sexualidade, verificamos experiências muito diversificadas, inclusive no seio de mulheres pertencentes a grupos sociais semelhantes. Assim, algumas mulheres portuguesas e brasileiras descreveram as suas primeiras experiências como "normais", "boas" e, nalguns casos, mesmo gratificantes na sequência de primeiros enamoramentos ("vontade de experimentar" p38) e/ou, quando muito, sentidas como

algo estranho, raro, apenas lhe causando certo espanto: "Achei estranho o sexo ser aquilo" (b24), tratando-se portanto amiúde de relações sexuais a não valorizar especialmente no quadro e nos termos da problemática aqui tratada.

Sem pretender ter uma visão linear e mecanicista com base na idade das então adolescentes ou jovens, poder-se-á contudo fazer a seguinte inferência a partir dos relatos: enquanto nos casos das primeiras experiências sexuais de raparigas com 15 ou mais anos que, em regra, se relacionaram com companheiros de idades ligeiramente superiores, não foram constatados traumas marcantes, já, porém, o mesmo não ocorreu em vários casos de experiências sexuais muito precoces entre os 13 e 15 anos e sobretudo entre os 11 e 12 anos, sendo particularmente traumáticos os casos de abusos e violações sexuais a meninas com idades inferiores a 11 anos. Com efeito, ainda que em número reduzido, algumas mulheres relataram nas suas recordações de infância e adolescência experiências negativas e até traumatizantes em termos físicos e sobretudo psíquicos, nomeadamente as que foram abusadas e violadas por familiares próximos por afinidades (padrastos) e, por vezes, consanguíneos (tios, avós), configurando crimes de violação, incesto e pedofilia no seio dos próprios agregados familiares. Tomemos alguns casos ilustrativos, a começar por uma mulher violada pelo padrasto, um jornaleiro de 40 anos:

> "A primeira experiência sexual foi com oito anos. Fui violada pelo padrasto que me violou como filha mais nova da minha mãe e morou três anos com a nossa família... Primeiro, levou-me a uma papelaria e comprou-me o que eu precisava e depois violou-me... A gente era muito pobre. Fiquei com medo" (b37).[10]

Uma outra ainda relata: "Abortei com 12 anos por controlo do pai que não deixou que a gravidez continuasse" (p32), não tendo sido possível confirmar da conversa mantida se teria sido o pai ou outra pessoa da confiança do pai a engravidá-la, pois não foi referida qualquer acção judicial contra o presumido violador, se estranho. Algumas referem que foram sexualmente abusadas pelo respectivo patrão, entre as quais é de salientar o seguinte caso: "Depois de ter sido abusada aos oito anos pelo meu padrasto, aos 15 anos fui abusada pelo meu patrão, de quem tive um filho" (b37). Outras referem violações e abusos sexuais em situações de maioridade e inclusive quando já casadas, tal como uma das mulheres prostitutas de rua que refere ter sido "abusada pelo cunhado".

Embora sem a gravidade traumatizante dos casos acima transcritos, outras mulheres referem de modo vago experiências de que "não se lembram" e/ou eram negativas: "se a experiência fosse boa, eu tinha lembrança" (b50); "o meu tempo de namoro aos 13 anos com um rapaz de 14 foi uma noite e bastou... Foi uma experiência muito negativa. Não presta a primeira vez" (b20). Estas expressões são bem sintomáticas de

[10] Esta mulher foi de tal modo marcada por esta experiência negativa e traumatizante que hoje confessa: "Só aos 20 anos é que descobri que uma mulher pode ter prazer na cama, ou seja, com o pai do meu segundo filho" (b37). Uma outra, passados largos anos, confessa na recém união de facto encetada: "Só este ano senti orgasmo pela primeira vez na vida" (b24).

recordações pouco ou nada agradáveis. Porém, a questão consistirá em saber em que medida tais experiências negativas poderão ter influenciado a entrada na prostituição, uma questão nada pacífica entre especialistas e estudiosos do fenómeno prostitucional, mas inclusive a partir dos desabafos e testemunhos dalgumas das mulheres entrevistadas. Atendo-nos aos testemunhos das mulheres, umas reforçam a ideia de que as suas primeiras experiências sexuais negativas afectaram-nas de tal modo que atribuem a estes eventos na sua infância ou adolescência a razão do seu ingresso e manutenção na prostituição, salientando a grande instabilidade emocional até ao presente: "Não conseguia ter um relacionamento estável, hoje estou nisto, tento tomar uns copos e conhecer muitos homens – pode ser que calhe um" (b34).

A atitude predominante nas mulheres com semelhantes experiências, quer na sua família de origem, quer nos seus primeiros relacionamentos amorosos, é a de uma profunda reserva, desconfiança ou suspeição em relação aos homens: "Eu e a minha irmã não acreditamos nos homens. Vimos tanta briga lá em casa. Eu sou muito reservada" (b27). E em relação ao seu primeiro namorado: "Eu era muito inocente no início. Eu acho que me chifrava. Desconfio dos homens" (b27).

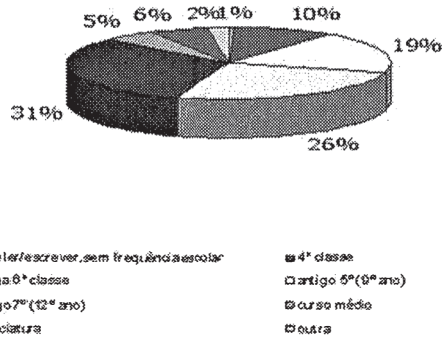
Se foram várias as que sublinharam a importância das suas experiências sexuais negativas nomeadamente na adolescência, a maioria, porém, não as valorizou nem as relevou como factor determinante para a entrada na prostituição, sendo de ilustrar, entre vários testemunhos, a posição assertiva de uma das mulheres:

> "Isso não tem influência nenhuma... As pessoas entram pela sua cabeça ou por necessidade. Dizer que a culpa é dos pais, da infância, etc. é uma maneira de se enganarem! Eu passei muito mal na minha vida, mas fui para a prostituição porque quis!" (b20).

É certo que nesta afirmação, sem deixar de admitir a necessidade, há uma maior ênfase na dimensão opcional, volitiva. Tal como referi noutro texto (Silva 1998), este é de resto um tradicional dilema, cuja resolução num ou noutro sentido de modo exclusivo e unicausal não é heuristicamente frutífera. A dicotomia entre necessidade e liberdade tem resquícios duma longa discussão filosófica, amiúde colocada em termos metafísicos, já não defensável no presente estado de conhecimento nas ciências sociais. Primeiramente, a maior ou menor medida de constrangimento ou determinância estrutural e de margem de liberdade ou opção nos modos de vida não é generalizável a todas as situações e grupos sociais. Para além disso, a estruturação dos modos de vida e correlativas acções sociais não se compadece nem com abordagens estruturalistas e deterministas nem com visões voluntaristas mas é resultante, como referi acima, da articulação dos factores de ordem estrutural e organizacional, por um lado, e dos factores de ordem interactiva.

Uma outra instância de socialização, aprendizagem e moldagem das personalidades das mulheres inquiridas foi a escola e o respectivo percurso escolar. Começando por analisar os perfis escolares das mulheres inquiridas, verificamos a distribuição pelos diversos escalões de instrução tal como aparece na figura 2.

Figura 2: Grau de instrução das inquiridas



Fonte: ITS, 2002-2003

No conjunto do gráfico é possível verificar discrepâncias consideráveis na formação escolar destas mulheres. Assim, ao lado de 6% de mulheres licenciadas e/ou com frequência de cursos superiores, 5% com curso médio e 31% com o 12º ano, a grande maioria apresenta graus de baixa escolaridade, distribuído pelas que não tiveram frequência escolar e/ou sabem ler e escrever (3%), as que se ficaram pela 4ª classe (31%) e obtiveram o 9º ano (26%), perfazendo um total de 58%, incidindo a maior mancha em mulheres da 4ª classe ao 9º ano. Em todo caso, apesar de minoritária, a taxa não desprezável de 11% de mulheres com curso médio, frequência e mesmo conclusão de cursos superiores obriga a equacionar que nem sempre nem apenas é o factor económico o único determinante, pelo menos em termos de estratégia de sobrevivência. Estas mulheres, sem excluir serem eventualmente movidas por razões de falta de emprego e/ou ausência de saídas profissionais, poderão nas suas estratégias almejar um outro patamar de ordem económica e propósitos de mobilidade social ascendente (manutenção de estilo de vida, poupança, enriquecimento rápido, investimento), para além doutras motivações não estritamente económicas como ressentimentos ou desejos de emancipação da tutela paternal.

Estas considerações, se nos exigem não cair em explicações unilaterais e economicistas, não nos permitem contudo deixar de reconhecer que há, em regra, uma fatia considerável e maioritária de escolarização média-baixa e sobretudo uma larga faixa de baixa escolarização entre as inquiridas. São estas mulheres mais destituídas de recursos não só económicos como escolares que mais condicionadas estão na procura de uma ocupação que lhes ofereça as condições mínimas de sustento, suas e das suas famílias: "O meu pai era pescador e a minha mãe doméstica, comecei esta actividade aos 11 anos, logo a seguir à 4ª classe" (p32). Para estas mulheres que saem de casa e se encontram sós mais preocupante se torna quando elas estão a braços com a criação e a educação de filhos. Donde, para a grande maioria das mulheres os factores de constrangimento pesam mais do que para uma minoria de mulheres com mais recursos económicos ou escolares, as quais à partida tinham ou, pelo menos, estavam em condições de encontrar outras formas alternativas de sobrevivência que não a prostituição.

Várias mulheres referiram que a escola não era um local agradável de aprendizagem e convívio, pois viviam a escola como um fardo e/ou local de exclusão e até mortificação corporal com castigos físicos infligidos a começar nalguns casos pela própria professora: "A minha professora, que era freira, fodia-me o corpo quase todos os dias" (p31). Outras sentiam-se discriminadas por colegas, sem que tivesse apoio da própria mãe que se envergonhava de um qualquer traço físico visto como desqualificante: "Fui discriminada na escola desde os oito anos num colégio particular. As colegas atiravam-me bocas. E a minha mãe não me ia buscar à escola por ser sardenta" (b20).

Estas vivências negativas, estigmatizantes e discriminatórias ao nível escolar e de bairro e/ou comunidade envolvente, sobretudo quando acumuladas às experimentadas no quadro familiar, tornam-se factores, por vezes propícios e, neste sentido, decisivos na articulação com outros relacionados com a privação relativa.

5. Profissões e perfis escolares anteriores à prostituição

Uma outra dimensão relevante na caracterização das trajectórias das mulheres inquiridas é o das actividades e/ou profissões exercidas antes da entrada na prostituição, por um lado e, por outro, o grau de habilitações escolares, o que permite, por sua vez, cruzar estes dados de formação escolar com o das suas mães.

(i) Actividades e (in)existência vínculos laborais

Passando em revista o registo das ocupações exercidas pelas mulheres inquiridas antes de entrar na prostituição, verificamos os resultados presentes no quadro 7.

Quadro 7 – Profissões das mulheres antes da entrada na prostituição

Ocupações/profissões	1ª profissão		2ª profissão		3ª profissão	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
amas/criadas/jornaleiras	12	7,64	1	1,04	0	0
doméstica/empregada domésticas	20	12,74	6	6,25	2	4
operárias+auxiliares de limpeza	25	15,92	14	14,58	6	12
empregada (serviços)+secretárias	46	29,30	35	36,46	15	30
assalariada (semi)qualificada	21	13,38	15	15,63	8	16
comerciante/vendedora/peq. empresária	24	15,29	17	17,71	4	28
artesãs/artistas	5	3,18	4	4,17	3	6
outra	1	0,64	4	4,17	2	4
estudante	3	1,91	0	0	0	0
Subtotal	**157**	**100**	**96**	**100**	**50**	**100**
não aplicável	(43)	(21,5)	(104)	(52)	(150)	(75)
Total	200		200		200	0

Fonte: ITS,2002-2003

A maior parte das mulheres inquiridas teve um trajecto de vida como estudante e trabalhadora nas mais diversas actividades nos sectores primário, secundário e sobretudo de serviços, tal como se pode verificar pelo quadro acima exposto. De longe predominam nos vários tipos de actividade ou profissão exercida aquelas que, indo a par de baixos níveis escolares, se traduziam em trabalhos indiferenciados e funções não qualificadas e/ou pouco qualificadas. No primeiro subconjunto de profissões indiferenciadas ou com baixa qualificação, 36% ocuparam-se em actividades de carácter manual como amas, empregadas domésticas, auxiliares de limpeza e outras mal remuneradas e com estatuto equivalente às de assalariadas operárias. Seguidamente, surgem num segundo subconjunto as trabalhadoras empregadas de serviços e com tarefas de cariz mais executivo com 29% (empregadas de bar, restaurante e similares). Embora sob forma de pequena empresa e/ou pequeno negócio relativamente autónomo, em termos de direcção e execução, verifica-se um terceiro subconjunto com uma razoável taxa (19%) de mulheres que, por necessidade ou iniciativa, eram artesãs ou se tornaram pequenas "empresárias" e/ou sobretudo pequenas vendedoras. Noutros sectores e em condições menos desfavoráveis que as anteriores, há a salientar um quarto subconjunto com uma percentagem não negligenciável de 13% de mulheres que, embora minoritárias no conjunto total, exerciam antes da entrada na prostituição, actividades (semi)qualificadas sobretudo no sector dos serviços tais como contabilistas, operadoras informáticas, secretárias, enfermeiras e, embora residuais, outras mais qualificadas como, por exemplo, professoras, engenheiras, pintora. Entre os diferentes tipos de actividade algumas conciliavam trabalho e estudo, para além das próprias actividades domésticas em casa própria ou da família de origem.

Situações semelhantes ocorreram no segundo tipo de trabalho referido pelas inquiridas que o tenham realizado: no primeiro subconjunto 22%, no segundo 37%, no terceiro 22% (e no quarto 16%, segundo dados extraídos dos inquéritos mas não reflectidos no quadro). Na terceira profissão declarada, certamente por um menor número de inquiridas, as percentagens, no quadro da mesma sequência de subconjuntos, são respectivamente 16%, 30%, 34% e 16%. Ora, salvo o primeiro subconjunto que conhece uma descida de 14% da primeira para a segunda e 6% da segunda para a terceira, totalizando uma descida global de 20%, tais resultados mostram que esta situação é compreensível pela tendência de procura de uma actividade melhor remunerada que a primeira e a terceira mais compensadora que a segunda – os segundos e terceiros subconjuntos denotam índices ligeiramente aproximados, ainda que mais acentuado na terceira profissão exercida. Quanto ao quarto subconjunto[11] que indicia alguma capacidade de iniciativa e empreendimento, ainda que artesanal ou rudimentar, verifica-se justamente uma tendência de subida, ou seja, as mulheres com actividades, com pequenas empresas familiares sobretudo como vendedoras, sobem de 18,5% para 34%. Este dado, além de obedecer a algumas estratégias bem conhecidas e trabalhadas

[11] Este quarto subconjunto foi tido em conta, embora, dado o carácter residual do ponto de vista estatístico, não foi incluído no quadro 7.

por vários teóricos de economias artesanais, camponesas[12] e de mulheres no sector de serviços (por exemplo, vendedoras) revelam estratégias não só de sobrevivência mas de melhoria e ou até mobilidade ascendente, ainda que limitada nos horizontes do seu próprio meio envolvente.

Destes dados é possível destilar alguns dos padrões mais correntes e habituais. As mulheres, originárias de classes destituídas ou modestamente providas, ou estavam desempregadas ou começaram por exercer actividades indiferenciadas como *baby sitters*, amas (*babás*) e/ou domésticas em casa ou por conta doutrem, trabalhadoras em artesanato e sobretudo na indústria como operárias. Praticamente todas as mulheres que referiram estes trabalhos, amiúde precários ou sem contrato, acrescentam que os salários eram baixos ou mesmo míseros, não raro abaixo do próprio salário mínimo.

Outras começaram a exercer trabalhos na área de serviços tais como telefonista, *balconete* e/ou *garçonete*, cabeleireira, vendedora por conta doutrem, empregada de comércio ou funcionária, escriturária e/ou secretária de pequenas ou médias empresas. Embora algo melhor remuneradas do que as primeiras, consideram elas próprias serem tais salários também escassos. Algumas destas mulheres, já com um emprego regular, mas mal pago, começaram a tentar combinar o emprego principal com a prostituição: "Eu vendia o produto de uma multinacional e acabava por me vender eu própria. Todos os dias tinha clientes fixos, mas não deu para conciliar" (b24).

Quando questionadas sobre qual o tipo de vínculo ou contrato, de 70 respostas foi possível que 27% não tinha qualquer contrato, 51% contratos temporários com menos de um ano, 34% mais de um ano, situações estas que, no seu conjunto, somam 73%, restando apenas 21% de contratos com vínculo efectivo. Umas poucas chegaram a ter profissões melhor remuneradas e até prestigiantes tais como técnica de laboratório, contabilista, gerente e controladora de *stocks* em restaurantes de luxo, entre outras. Outras, nomeadamente portuguesas, referem ter sido pequenas comerciantes e vendedoras por conta própria que, numa fase já avançada da vida, viram-se a braços com dívidas que não conseguiram liquidar, recorrendo à prostituição de rua na faixa etária entre os 40 e 50 anos. Estamos neste caso perante uma situação clara de mobilidade social descendente, insuportável, na sua óptica, face a familiares, vizinhos ou conhecidos.

Os salários baixos e até miseráveis ou as situações de insolvência económica e correlativa queda social constituem um primeiro ingrediente que permite perceber, em várias histórias de vida destas mulheres, a sua passagem para a prostituição. Quase todas referem o argumento incontestável que, comparados tais salários ou ganhos com os actuais rendimentos como prostitutas, estes são bastante melhores ou mesmo muitíssimo superiores, tornando-os mesmo, como dizem, "incomparavelmente

[12] A este respeito a bibliografia, quer a nível conceptual e teórico, quer a nível de comprovação em estudos de caso em vários países, épocas e tempos, nomeadamente em Portugal, é largamente abundante, limitando-nos a este respeito referir alguns clássicos de estudos camponeses como Chayanov (1966), Wolf (1966), Shanin (1979), Scott (1990). No caso da prostituição, os casos e respectivas estratégias de saída com sentido empreendedor são algo empoladas por Agustin (2004: 47 ss), se os compararmos com os dados recolhidos nesta pesquisa.

melhores"! Por exemplo, R., trabalhadora sexual em contexto de rua resume: "Fui operária, trabalhei como mulher de limpeza de escadas num condomínio. Nestes trabalhos tive que aturar todo o tipo de pessoas chatas e não se ganhava para viver dignamente" (p40).

Salvo casos excepcionais de mulheres que pioraram a sua situação económica após a entrada na prostituição – em parte explicada num caso concreto pela exploração extrema do proxeneta e pela idade já avançada de 48 anos, tendo iniciado tardiamente a prostituição – a grande maioria das mulheres confirma uma viragem considerável dos seus rendimentos, indo de 500 euros a 7.500 euros por mês, dados não verificáveis nem controláveis senão a partir das declarações das próprias. Todavia, não só por desabafos da maioria das entrevistadas, como pelas precauções e estratégias de ocultação das suas práticas aos próprios filhos/as, no desenho prospectivo das expectativas e dos sonhos para as suas filhas, as próprias trabalhadoras sexuais não perspectivam nem desejam para elas estas "saídas" ditas marginais ou desviantes e que representariam a reprodução da sua profissão como prostitutas. Com efeito, quando questionadas sobre o que achariam se as suas filhas retomassem a mesma ocupação que elas próprias, das 95 mães entrevistadas a quem era aplicável a pergunta, salvo uma (1,1%) que aprovaria tal profissão e 10 (10,5%) que o consideravam "assim, assim"[13], 8 (8,4%) acharia "mal" e 76 (80%) "muito mal" ou "nem pensar", que tal seria uma "decepção" difícil de suportar, acarretaria uma "dor muito grande", seria "horrivel", "vergonhoso". Bastantes destas trabalhadoras sexuais esforçavam-se por proporcionar-lhes condições para estudarem, terem uma outra profissão, de modo a escapar a "este trabalho desgraçado" e a "esta vida dura" e, se tal não acontecesse, "seria em vão o seu sacrifício".

6. Conclusão

Dos dados recolhidos dos inquéritos e entrevistas, a grande maioria das mães das mulheres prostitutas não exerceu a prostituição mas pertencia, como vimos, a classes assalariadas ou trabalhadoras domésticas desprovidas de recursos ou com poucos recursos económicos e escolares. As situações não são todavia de modo algum homogéneas. Mesmo quando haja alguns traços comuns nesta actividade ou ocupação profissional, há contudo diferenças consideráveis na condição social, em parte marcada pelas situações de classe e família de origem, em parte construída por elas próprias e outros protagonistas, uns mais distantes, outros mais próximos. Por outro lado, as explicações estruturo-funcionais de teor normativo e valorativo tão-pouco colhem, uma vez que as próprias mulheres inquiridas e entrevistadas referem, na sua maioria, ter sido educadas sob normas e padrões de socialização correntes, tendo inclusive tido oposições de familiares e, em particular das mães, no tocante à sua entrada na prostituição. Tal obriga mais uma vez a não enveredar por explicações e interpretações me-

[13] E mesmo de entre dez que achavam "assim, assim" sete argumentavam na base de que tal seria uma opção delas e as considerarem livres nas suas decisões e as restantes três achavam que elas só o fariam por necessidade e que, mesmo assim, apoiá-las-iam.

cânicas, lineares e monocausais, seja de carácter exclusivamente materialista, seja de orientação normativo-valorativo e moral. Do mesmo modo que explicações alegadamente materialistas centradas em variáveis de ordem económica e social nem sempre são suficientes para explicar fenómenos considerados desviantes como a prostituição, tão-pouco explicações estruturo-funcionais focalizadas em factores de ordem cultural ou códigos morais se revelam heuristicamente satisfatórias. Trata-se de aferir e avaliar os vários factores em jogo desde os socioestruturais, passando pelos organizacionais e interactivos, sem menosprezar obviamente a importância dos valores e das normas sociais e sua eficácia sancionatória ou persuasiva no comportamento dos indivíduos.

Depois de assinalarmos as origens sociais desprovidas, quer paternas, quer maternas, das mulheres inquiridas, é possível inferir que este factor é co-estruturante da entrada da maioria das mulheres no comércio do sexo. Embora por si só este não seja factor explicativo único – uma vez que são conhecidos muitos casos de mulheres em situações idênticas e contudo não enveredam ou "optam" pela actividade prostitucional –, a construção social desta actividade, já retrospectiva em relação à sua socialização, já prospectiva em relação às suas filhas, não invalida a força do constrangimento social e, portanto, das estruturas sociais que perpassaram, condicionaram e moldaram as vidas destas mulheres, quer numa fase ainda precoce de adolescência, quer numa fase de juventude e adultez, seja, em seguida, vivendo no estado de solteiras e vivendo com os pais ou outros familiares, seja vivendo sós, em união de facto ou já casadas e/ou separadas e divorciadas após ruptura conjugal.

Mantém-se, porém, intrigante a questão de saber por que é que, contrariamente à maioria de mulheres em situações idênticas que recusaram liminarmente ou não ousaram sequer iniciar empreender esta marcha em direcção à prostituição, estas mulheres inquiridas fizeram-no, embora com diferenciadas motivações adicionais ao baixo salário ou falência financeira. Entre os vários factores responsáveis do fenómeno prostitucional ressaltam as relações de poder e dominação de género que, articuladas com formas de dominação de classe, constituem dois ingredientes que, ainda que não suficientes, são básicos para explicar a entrada na prostituição, bem como a sua permanência. Como vimos, as trabalhadoras sexuais de hoje, tendo sido e sendo mulheres estigmatizadas e marginalizadas, são predominantemente originárias de classes destituídas de recursos ou com modestos recursos e famílias amiúde desestruturadas. Com efeito, a desestruturação familiar, a premência da sobrevivência familiar e da educação dos filhos, o desemprego ou precariedade laboral, a inexistência de qualquer sistema de protecção social e efeito de contágio dalguns casos bem sucedidos economicamente em consonância com a racionalidade das vantagens comparativas entre a situação anterior e posterior à entrada na prostituição – todos estes são factores que, quando combinados, geram situações propícias ao desencadear deste tipo de estratégia que, com maior ou menor urgência, se esboça e, seguidamente, com auxiliares directos ou indirectos, conhecidos ou não, acaba por tomar corpo.

Siglas: b= brasileira, p= portuguesa (o número adjacente refere a idade)

Referências bibliográficas

ABBOT, Palmela e WALLACE, Clara (1991), *Gender, Power and Sexuality*, Basingstoke: Macmillan.

AGUSTÍN, Laura M. (2004), *Trabajar en la industria del sexo*, Donostia-San Sebastián: Tercera Prensa-Hirugarren Prentsa, S.L.

ALMEIDA, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina" in *Análise Social*, vol. XXXII, 92-93: 493-520.

ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel e ALMEIDA, Helena N. (1999), "Sombras e marcas: os maus tratos às crianças nas famílias" in *Análise Social*, vol. XXXIV, 150: 91-121.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.

BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.

CHAYANOV, Alexandre [1966(1924)] *The Theory of Peasant Economy*, organizado por D. Thorner, B. Kerblay e R.E. Smith com introdução de T.Shanin, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

COLE, Sally (1991), *Women of the praia: Work and lifes in a Portuguese coastal community*. Nova Jersey: Princeton University Press.

CUTILEIRO, José (1988), "Honra, vergonha e amigos", in J. G. Peristiany (org), *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ix-xxvii.

DAVIDOFF, Leonore (1979) "Class and Gender in Victorian Engeland: The Diaries of Arthur J. Munby and Hannah Cullwick", *Feminist Studies*, 5: 87-141.

DUBISCH, Jill (1986), "Introduction" in J. Dubisch (org) *Gender & Power in Rural Greece*. Nova Jersey: Princeton University Press.

DURKHEIM, Emile (1977 [1893]), *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença, vol I e II.

ENGELS, Friedrich (1964 [1884]), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

FIREMAN, B. e GAMSON, W.A (1979), "Utilitarian logic in the resource mobilization perspective" *in* M. M. Zald e J. D. McCarthy (orgs), *The dynamics of social movements*, Cambridge: Massachusets.

FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade*, Lisboa: Relógio d'Água.

FREUD, Sigmund (1959[1915]), "Some Character Types Met With in Psycho-Analysis Work" *in* J. Riviere (org) *Collected Papers of Sigmund Freud*, Nova Iorque: Basic Books.

GERALDES, Alice (1987), *Gente de minifúndio. Produção e Reprodução em mudança na freguesia da Correlhã*, Braga: Universidade do Minho.

GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

GRAMSCI, António (1974), *Obras Escolhidas*, I e II, Lisboa: Estampa.

HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate (1981), Engendered Structures: Some Problems in the Analysis of Reproduction" *in* J. S. Khan e J. R. Llobera (orgs), *The Anthropology of Pre-Capitalist Societies*, Londres: MacMillan, pp. 109-147.

HENNESSY, Rosemary (2003), "Class" *in* Eagleton (org) *Feminist Theory*, Oxford: Blackwel

HEYL, Barbara (1979), "Prostitution: An Extreme Case of Sex Stratification", *in* Freda Adler e Rita Simon, *The Criminology of Women*, Boston: Houghton, pp. 196-210.

LLOBERA, Joseph R. (1979), "Techno-Economic Development and the Work of Marx on Pre-Capitalist Societies" in *Man*, 14, 2: 249-270.

MACHADO, Helena (2002), *Tribunais, género, ciência e cidadania. Uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade*, Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramente, policopiada).

MARX, Karl [1974 (1967], *O Capital*, Lisboa: Delfos.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Hugin.

NENCEL, Lorraine (1994), "The Secrets behind Sexual Desire: The Construction of Male Sexuality in Lima, Peru" in *Etnofoor*, VII, 2: 59-75.

PAHL, R.E. (1966), "The rural-urban continuum" in *Sociologia Ruralis*, vol.VI, 3-4: 299-329.

PAIS, Elza (1996), *Rupturas Violentas da Conjugalidade: Os Contextos do Homicídio Conjugal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PAIS, José Machado (1983), "A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX" in *Análise Social*, vol XIX, 77-78-79: 939-960.

PARSONS, Talcott (1988), *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.

PERRY, Mary Elizabeth (1985), "Deviant Insiders: Legalized Prostitutes and Consciousness of Women in Early Modern Seville" in *Comparative Studies in Society and History*, vol 27 (1):138-157.

POULANTZAS, Nicos [1975(1968)], *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris: Maspero.

REITER, Rayna (1975), "Men and Women in the South France. Public and Private Domains" *in* R. Reiter (org) *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque, Monthly Review Press, pp. 252-282.

RIBEIRO, Manuela (2004), "As prostitutas também são mães", *in V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: reflexividade e acção*, Braga: Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio, Universidade do Minho.

RUBIN, Gayle (1975), "The Trafic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex" *in* R. Reiter (org) *Toward an Anthropology of Women*, Nova Iorque: Monthly Review Press.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

SCHNEIDER, J. (1971), "Of vigilance and virgins: honor, shame and access to resources in Mediterranean societies", *Ethnology*, vol. X, 1, 1-24.

SCOTT, James C. (1990). *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres: Yale University Press.

SHANIN, Theodor (1979), "Definiendo al campesinado: conceptualizaciones y desconceptualizaciones. Pasado y presente en un debate marxista" in *Agricultura y Sociedad*, 11: 9-52.

SILVA, Manuel Carlos (1993), "Casa e casas em espaço rural: o poder doméstico" *in Actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol I, Lisboa: Fragmentos, pp. 992-939.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (1998a), "Prostituição feminina: uma primeira abordagem para uma pesquisa", *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 227-244.

SILVA, Manuel Carlos (1999), A luta pela igualdade sexual: pela articulação conceptual entre classe e género" *in* FORUM, *A situação das mulheres no limiar do século XXI*, Lisboa: Avante, pp. 47-49.

SILVA, Manuel Carlos (2002), "Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo patrimonial e sociopolítico de mulheres?", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 42 (3-4), 125-144.

SILVA, Manuel Carlos (2002a), "Conflitos interfamiliares e "mal de inveja" in *Análise Social*, vol XXXVII (162): 209-241.

SILVA, Manuel Carlos (2003), *Multidimensionalidade do conceito de classe: da condição objectiva à acção colectiva*, Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

SILVA, Manuel Carlos, MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), "Direito, ciência e o corpo feminino: a prostituição como 'objecto de fronteira'", in *Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura*, 4: 183--203.

SILVA, Susana M. (2001) *A fronteiras das ambivalências: Controlo e poder institucionais sobre a prostituição feminina*. Braga: Universidade do Minho (tese de mestrado, policopiado).

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

TIZÓN, José Luís Sequeiros *et al.* (1996)), *A prostitución feminina na Comunidade Autónoma de Galicia*.Vigo: Xunta de Galicia: Serviço Galego de igualdade – Consellería de Família, Xuventude, Deporte e voluntariado.

THERBORN, Goran [1987 (1980)], *La ideología del poder y el poder de la ideología*, Madrid: Siglo XXI.
TORRES, Anália (2001), *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras: Celta.
WALKOWITZ, Judith (1980), *Prostitution and Victorian Society. Women, Class and the State*, Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.
WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
WOLF, Eric (1966), *Peasants*, Nova Jersey: Prentice Hall, Inc.